



MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
MOÇAMBIQUE

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA • ANO VII

**BOLETIM  
INFORMATIVO**

# PGR LEGAL

Trimestral • Edição nº 19 • Setembro 2018



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
**LANÇA OBRA SOBRE CRIANÇAS  
EM CONFLITO COM A LEI**



## SUMÁRIO

- 3 MINISTÉRIO PÚBLICO EM PARCERIA COM O PACED PROMOVE CONFERÊNCIA SOB O LEMA “**A INTERVENÇÃO DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DO DIREITO NO COMBATE À CORRUPÇÃO**”
- 7 PGR E REFORMAR-RESEARCH FOR MOZAMBIQUE **REALIZAM REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DO ACÓRDÃO Nº 04/CC/2013, DE 17 DE SETEMBRO**
- 10 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA ORGANIZA **SEMINÁRIO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS**
- 15 EM PARCERIA COM A UNICEF PGR LANÇA **ESTUDO: CRIANÇAS EM CONFLITO COM A LEI EM MOÇAMBIQUE**
- 17 GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO **DE INHAMBANE COM NOVAS INSTALAÇÕES**
- 19 PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA PARTICIPA DA CONFERÊNCIA ÁFRICA-EUROPA **SOBRE A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA PARA O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E CONTRABANDO DE IMIGRANTES**
- 21 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA E PARCEIROS DE COOPERAÇÃO **CAPACITAM MAGISTRADOS DA ZONA CENTRO EM MATÉRIA DE CRIMES CONTRA FAUNA BRAVIA**
- 24 QUADROS DA PGR CAPACITADOS EM MATÉRIAS **DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS POR INFRAÇÕES FINANCEIRAS**

## NOTA DE ABERTURA

## Caro Leitor



presentamos-lhe a edição número 19 do Boletim Informativo “LEGAL” que respeita as realizações do penúltimo trimestre de 2018.

Estamos certos de que nos acompanha neste percurso informativo, onde procuramos mantê-lo atualizado sobre os feitos do Ministério Público, órgãos subordinados e parceiros de cooperação, visando tornar a justiça acessível ao cidadão.

É notável o empenho do MP e dos órgãos de promoção da justiça, no combate à corrupção e demais práticas criminosas, quer de âmbito financeiro, contra pessoas ou ainda, contra o ambiente, pois, só uma sociedade livre do crime estará preparada para contribuir no desenvolvimento do País.

Ao longo do 3º trimestre, a Procuradoria Geral da República, promoveu unilateralmente ou em comparticipação com os parceiros de cooperação nacionais e internacionais, vários eventos, a título de exemplo, no mês de Julho, em parceria com o PACED, uma conferência enquadrada no Projecto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste, com a finalidade de melhorar a capacidade de prevenção e combate à corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.

Ainda neste mês a PGR e a REFORMAR-Research for Mozambique, juntaram Magistrados do MP, a PRM, o IPAJ, O SERNIC, a OAM e Organizações da Sociedade Civil, para uma reflexão à volta do Acórdão nº 04/CC/2013, de 17 de Setembro, aferindo o seu grau de implementação, bem como identificar soluções para as dificuldades prevaletcentes.

Em comemoração ao Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas, organizou, na Cidade de Maputo, um seminário sob o lema “Responder o Tráfico de Crianças e Jovens”

Nos meses de Agosto e Setembro, destaques vão para o lançamento do Estudo “A Criança em Conflito com a Lei em Moçambique”, numa parceria com o UNICEF; a entrega das instalações ao GPCC de Inhambane; a visita do 1º Vice-PGR da China; a participação da PGR, Beatriz Buchili na Conferência África-Europa, sobre a Cooperação Judiciária para o Combate ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Imigrantes; e a capacitação dos quadros da PGR para a Instrução de Processos por Infrações Financeiras.

Boa Leitura!

PGR **LEGAL**

**Propriedade:** Procuradoria-Geral da República

**Conselho Editorial**

**Direcção:** Procuradora-Geral da República

**Director:** Januário dos Santos Necas

**Editora:** Georgina Zandamela

**Redacção:** Hermenegildo Timana, Emmanuel Zaqueu Temla Ussore

**Grafismo:** João Manassés, Daniel Chicico

**Cartoom:** Sérgio Zimba

**Impressão:** Tshuvuka-Digital Serviços, Lda

**Tiragem:** 500 Exemplares

DISP.REG/GABINFO – DEC 2009  
MOÇAMBIQUE





MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
EM PARCERIA  
COM O PACED



PROMOVE CONFERÊNCIA SOB O LEMA  
**“A INTERVENÇÃO DO ESTADO,  
DA SOCIEDADE E DO DIREITO  
NO COMBATE À CORRUPÇÃO”**

Realizou-se de 03 a 04 de Julho de 2018, na Cidade de Maputo, organizada pela PGR, uma Conferência sob lema “A Intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no Combate à Corrupção.”





A conferência enquadra-se no Projecto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), uma iniciativa financiada pela União Europeia (10º FED) e pelo Camões, I.P., que tem como finalidade melhorar a capacidade e a integridade das instituições políticas, administrativas e judiciais para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.

Durante os dois dias foram discutidos e abordados temas em diferentes painéis: (i) Estado de Direito, Democracia e Governação; (ii) Corrupção e tratamento económico político e judiciário, (iii) Cooperação judiciária em matéria penal.

A conferência teve como oradores especialistas de renome das áreas jurídica, empresarial e académica, nomeadamente: Salimo Abdu-lla, Presidente da Confederação Em-

presarial da CPLP; Carlos Alexandre Reis, Conselheiro para a Segurança Nacional do Presidente da República de Cabo Verde; Casimiro Ferreira Doutor em Sociologia do Estado e da Administração e professor na Universidade de Coimbra-Portugal; José Abudo, ex-Provedor de Justiça de Moçambique; Flávio Menete, Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique; Severino Ngoenha,

Reitor da UDM-Universidade Técnica de Moçambique.

O evento contou com a participação de magistrados do Ministério Público e Judiciais, quadros de instituições do sector de administração da justiça, do Banco de Moçambique (BM), Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM) académicos, parceiros de cooperação e organizações da sociedade civil.





Durante a sessão de abertura da Conferência a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, afirmou que o evento se realiza num momento em que, é cada vez mais crescente a vontade colectiva de se combater o flagelo da corrupção, no seio das nossas sociedades e Estados, impondo-se o desenvolvimento de acções enérgicas e concertadas para a prevenção e combate à corrupção.

Beatriz Buchili apontou ainda, como desafio, por parte do judiciário, a garantia da responsabilização dos infractores mediante o cometimento de todos na investigação e instrução processual, permitindo assim a celeridade e qualidade para a realização da justiça, em tempo oportuno.

Por seu turno, a Coordenadora do Projecto PACED, Maria Teresa, apresentou o projecto, tendo afluído que o mesmo visa a consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, com incidência nos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes".

A Coordenadora apresentou aos

participantes acções realizadas no âmbito do projecto, designadamente: acções de formação de formadores; capacitação em investigação criminal; conferências e seminários; reuniões de partilha de experiências/boas práticas, fornecimento de meios de investigação criminal, bem como publicação de manuais.

A conferência inaugural, esteve a cargo do Professor Doutor Casimiro Ferreira, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra-Portugal, tendo este abordado o tema sobre a "Boa Governação, democracia e desenvolvimento".

O orador referiu que no processo de reflexão sobre a prevenção e combate à corrupção, há que ter em conta vários elementos, dentre eles a incompatibilidade entre a democracia, soberania e a economia; o direito que se contrapõe as regras do comércio internacional; a transformação social e seus limites; a globalização neo-liberal e a globalização justa; e a relação entre o capitalismo e a democracia.

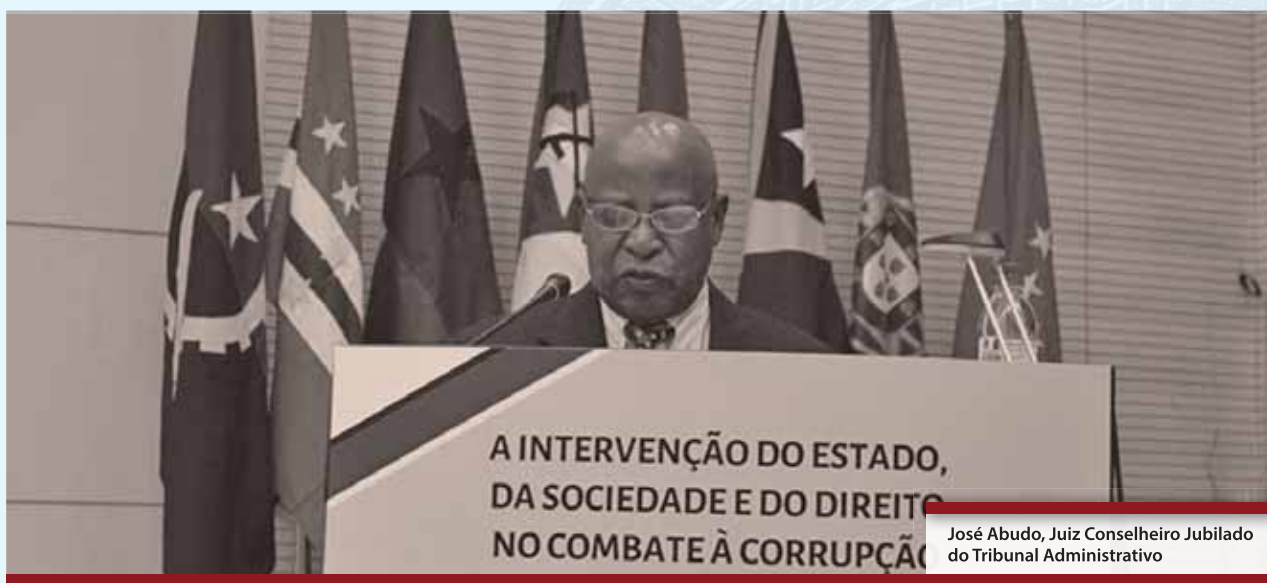
Por fim, foi afluída a questão do Estado de Direito e Criminalidade Económica Transnacional, pela PHD da Universidade de Lisboa-Portugal, Inês Ferreira Leite.

A oradora referiu que o uso da força como estratégia de prevenção e combate à corrupção tem resvalado para o fracasso. Contudo, salientou que não devemos estar de mãos atadas, pois existem outros caminhos, ou estratégias mais eficazes, referindo-se neste contexto as estratégias multidisciplinares, de médio e longo prazo.

Enfatizou ainda, a necessidade de educação, ou seja, de aprendizagem de comportamentos anti-corrupção e promoção da cidadania, nas escolas, desde os 5 ou 6 anos de idade.

Por outro lado, no contexto da administração pública e do sector empresarial sublinhou a necessidade de criação de manuais de boas práticas e de comissões de ética, com vista a sedimentar a transparência e integridade na prestação das suas funções. ■







PGR E REFORMAR-RESEARCH  
FOR MOZAMBIQUE

# REALIZAM REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DO ACÓRDÃO Nº 04/CC/2013, DE 17 DE SETEMBRO

Teve lugar, no dia 06 de Julho de 2018, nas instalações da PGR, o encontro de reflexão sobre o impacto do Acórdão nº 04/CC/2013, de 17 de Setembro, organizado pela Procuradoria-Geral da República e a REFORMAR- Research for Mozambique.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA



o encontro tinha como objectivos: (a) Aferir o grau de implementação do Acórdão nº 04/CC/2013, 17 de Setembro por parte dos Órgãos de Administração da Justiça; (b) Identificar os constrangimentos decorrentes da sua implementação; e

(c) Identificar possíveis soluções para as dificuldades encontradas, incluindo os de natureza legislativa.

Participaram desta reflexão, magistrados do Ministério Público e Judiciais, agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e da Polícia da República de Moçambique (PRM), do Instituto de Patrocínio e

Assistência Jurídica (IPAJ), Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) e Organizações da Sociedade Civil.

A abertura do encontro foi dirigida pelo Procurador-Geral Adjunto, Alberto Paulo, que referiu que o Acórdão, em reflexão, declarou inconstitucional algumas disposições do Código Processual Penal (CPP), tendo alterado por





completo a dinâmica da instrução preparatória dos processos-crime e rompidas algumas bases em que assentava a actuação da Polícia de Investigação Criminal, actual SERNIC e do Ministério Público.

Alberto Paulo, referiu-se, igualmente, aos grandes desafios que se colocam aos poderes legislativo e judicial para a mudança de tratamento dos arguidos e réus, designadamente, no que tange aos prazos de prisão preventiva com culpa formada.

Concretamente, esclareceu que deixaram de existir crimes de catálogo que, como vinha acontecendo, não admitiam a liberdade provisória tanto por termo identidade e residência como por caução, passando a exigir-

-se que sempre que seja tomado em consideração o fundamento da necessidade, adequação e proporcionalidade que sustentam a imposição da prisão preventiva nos casos concretos.

Realçou ainda que, Moçambique passou a ser dos poucos países do mundo em que, nem as autoridades de investigação criminal nem o MP têm competência para ordenar a detenção durante a fase de instrução preparatória ou fase equivalente, reservando esta competência, única e exclusivamente aos juízes.

Tina Lorizzo, representante da Reformar, apresentou, por sua vez, o Relatório sobre a justiça Criminal e Direitos Humanos no âmbito do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Po-

líticos.

Na sua intervenção, Lorizzo demonstrou os aspectos gritantes do estudo efectuado, como por exemplo questões relacionadas à falta de alimentação e condições humanas de detenção, em custódia policial, caução, superlotação dos estabelecimentos penitenciários, detenção e julgamento de menores, que são muitas vezes tratados como adultos.

Durante a reflexão, foram apresentadas e debatidas várias constatações detectadas em alguns estabelecimentos penitenciários, dentre elas a falta de condições mínimas de higiene, falta de alimentação, sobretudo para os reclusos enfermos e a inadequada assistência médica.







Por outro lado, quadros da PRM, das magistraturas do Ministério Público e da Reformar, efectuaram a apresentação do impacto do Acórdão n.º 04/CC/2013, de 17 de Setembro, no que concerne a sua actuação e na sociedade.

Sob ponto de vista legal o Acórdão está tendo um impacto positivo na actuação dos Órgãos de Administração da Justiça, por se mostrar proporcional em relação a medidas de coacção, porém, sob ponto de vista prático não é positivo pois, traz a nível da sociedade a falta de credibilidade das instituições da justiça;

Outrossim, verificam-se dificulda-

des de operacionalização do acórdão, contribuindo para a falta de credibilidade dos serviços Judiciários por parte da sociedade, morosidade processual, obstrução da prova e a perda de arguidos no processo.

Por fim, foram emanadas recomendações a serem cumpridas pelo sector judiciário, designadamente:

- Responsabilizar-se os funcionários que violam direitos dos detidos e reclusos;
- Melhorar-se as condições de detenção em custódia policial;
- Realizar-se campanhas cívicas sobre direitos dos reclusos nas dife-

rentes fases de processo crime; e

- Efectivar-se a criação de uma linha verde nos Tribunais para o atendimento das preocupações dos cidadãos e denúncia de crimes, a semelhança do que existe no Ministério Público e ainda, divulgar-se o Acórdão sobre a questão de flagrante delito;
- Consciencializar-se a sociedade sobre as vantagens da aplicabilidade do acórdão e realizar-se acções de educação cívica para a reverter o seu impacto negativo; e
- Produzir-se um plano de operacionalização do Acórdão. ■





## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA ORGANIZA SEMINÁRIO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS

Sob o lema **“Responder o Tráfico de Crianças e Jovens”**, a Procuradoria-Geral da República organizou, em julho último, na Cidade de Maputo, o Seminário Alusivo à Comemoração do Dia Mundial De Luta Contra o Tráfico De Pessoas.

O evento tinha por objectivo: (i) Dar a conhecer a situação de Tráfico de Pessoas em Moçambique bem como analisar e debater a respeito das acções desenvolvidas pelo Governo no âmbito do

combate a este fenómeno; (ii) Abordar a questão das Redes Sociais na actualidade e o seu papel no tráfico de pessoas, em especial de crianças e de jovens; (iii) Analisar o papel da comunicação social, na prevenção e combate ao tráfico de pessoas; (iv) Reforçar a divulgação de medidas de apoio e as-

sistência a vitima, e a sua importância na sua recuperação; e (v) Mobilizar a sociedade, as instituições públicas e privadas para a prevenção e combate ao tráfico de pessoas, bem como dar visibilidade às acções nacionais desenvolvidas.

Para o efeito, vários temas foram





debatidos em painéis compostos por representantes de vários sectores da sociedade a saber magistrados do MP, representantes de instituições públicas e privadas, parceiros de cooperação, representantes dos Órgãos de Comunicação Social e da Sociedade Civil.

- Tráfico de crianças e Jovens, pela Dra. Carmina Durão (OIM);
- O Papel das Redes Sociais (Facebook, Whatsapp e Instagram) no tráfico de pessoas em especial de Crianças e Jovens, pela Sexa Dra

Amabélia Chuquela (PGR);

- A importância do apoio psicossocial no atendimento às vítimas do tráfico, pelo Dr. Rômulo Mutemba (Ministério da Saúde);
- Tráfico de mão-de-obra versus Escravidão moderna, pelo Dr Inácio Mussanhane (Thulani Legal Consultant);
- Apresentação do Relatório do Departamento do Estado Americano 2018 e as acções do Governo no combate ao Tráfico de Pessoas,

pela Dra Leonild Jonasse (Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religioso);

- Nova abordagem da comunicação social na luta contra o tráfico de pessoas, pelos Drs. Hélio Filimone (Jornal Noticias) e Wiliam Mapote (STV); e
- Tráfico de pessoas para exploração sexual (o caso Emmanuel Muqueshimana), pela Dra. Ana Sheila Marrengula (PGR) e o Dr. Francisco Junior (TVM).







Na abertura do evento, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, referiu que o tráfico de seres humanos é um crime oculto, invisível aos olhos da sociedade e deve ser considerado como um problema global, pois na actualidade, passou a ser uma das mais lucrativas actividades criminosas.

A PGR reconheceu que medidas arrojadas têm sido adoptadas com a finalidade de erradicar o tráfico de pessoas, contudo, o crescente número de vítimas e o novo modus operandi, que o fenómeno vem ganhando, revelam o quanto ainda há por fazer. Havendo, por conseguinte, a necessidade de uma maior sensibilização e envolvimento das famílias e da sociedade.

Beatriz Buchili lançou, ainda, desafios, aos participantes dentre eles: a necessidade de efectivar-se a revisão da lei contra o tráfico de pessoas, datada de 2008 e a aprovação do respectivo regulamento, como forma de adequá-la à situação actual do nosso País, como também, a consolidação dos grupos de referência a nível nacional, que se têm revelado eficazes na articulação entre as diversas instituições do Estado, na prevenção e combate ao tráfico de pessoas, particularmente, de crianças

e jovens.

Por seu turno, o Ministro Da justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos, Joaquim Veríssimo, referiu-se a importância do seminário para o reforço da acção, do Judiciário, no domínio de promoção e protecção dos direitos humanos em Moçambique, bem como, marca o ponto mais alto das celebrações do dia internacional de luta contra o tráfico de pessoas, que se assinala a 30 de Julho.

O Ministro reiterou ainda, a importância da promoção da cooperação internacional entre os países, para uma actuação mais estruturada e articulada de modo a enfrentar, com maior efi-

ciência, grupos criminosos geograficamente dispersos na região e em outras partes do mundo.

A Coordenadora do Grupo Nacional de Referência, Amabélia Chuquela, na sua intervenção frisou que o fenómeno de tráfico de pessoas afecta Moçambique, por causa das desigualdades sociais, pobreza, desestruturação familiar entre outras e acrescentou que, a prevenção constitui uma arma fundamental para enfrentar de forma eficaz este crime, devido ao facto do país ser considerado local de origem, trânsito e destino de vítimas de tráfico de pessoas.



Joaquim Veríssimo, Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos



Hélio Filimone, jornalista



Ana Sheila Marrengula, Magistrada do MP





Os aspectos arrolados durante a discussão dos temas e que merecem maior atenção, são:

- Maior parte das vítimas de tráfico de pessoas são mulheres e crianças;
- Os traficantes nas suas incursões contam com a colaboração das autoridades das fronteiras;
- Maior parte dos jovens do sexo masculino são traficados para a exploração laboral, bem como o tráfico não envolve necessariamente a passagem de fronteiras pois existem casos de tráfico interno principalmente para a exploração laboral;
- Falta de Legislação específica para os crimes cibernéticos;
- O Estado não dispõe de meios de controlo das redes sociais;
- Dificuldades por parte das autoridades judiciais de perseguirem os casos praticados com recurso as redes sociais;
- As autoridades de Investigação Criminal devem ser dotadas de meios tecnológicos para fazer face na investigação de casos praticados com recurso as redes sociais;
- Falta de formação específica de médicos/clínicos gerais em matérias de saúde mental, o que tem dificultado a assistência psicossocial;
- A falta do encaminhamento das vítimas de Tráfico de pessoas à assistência psicossocial tem a ver com questões relacionadas com o desconhecimento e estigma por parte da sociedade.

Por fim foram deixadas recomendações que devem ser implementadas pelos sectores que incorporam o GNR, a saber:

- Reflexão sobre os motivos que levam as crianças e mulheres a serem mais vulneráveis ao Tráfico de Pessoas;

- Olhar o tráfico de pessoas não somente na vertente do trânsito fronteiriço mas também reunir todos os elementos constitutivos deste crime;
- Disseminar os indicadores comportamentais das vítimas de Tráfico de Pessoas;
- Efectuar o trabalho de prevenção de crimes de tráfico de pessoas online, incidindo nos cuidados a ter com o uso da internet por forma a minimizar os riscos;
- Promover acções de formação de médicos tradicionais em matéria de assistência às vítimas;
- Criar mecanismos para ultrapassar a insuficiência de psicólogos e reflectir sobre como melhorar a questão relacionada com a assistência psicossocial; e
- Integrar os médicos tradicionais nos trabalhos de assistência psicossocial das vítimas. ■





# SABIAS QUE!

## 17-18 JULHO

Realização do IV Encontro dos Coordenadores dos Grupos de Referência Provinciais para a Protecção da Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas

Realizou-se nos dias 17 e 18 de Julho de 2018, na Cidade de Maputo, o IV Encontro dos Coordenadores dos Grupos de Referência Provinciais para a Protecção da Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas, no qual participaram todos os Coordenadores dos Grupos de Referência Provinciais, instituições do Estado, as Organizações Não Governamentais e parceiros de cooperação, que integram o grupo.

Durante o encontro, foram apresentados e debatidos os temas como: Relatório de Actividades dos Grupo de Referência Provinciais, e o Movimento Processual de Tráfico de Pessoas, durante o período de Janeiro a Junho.

## 20%

Aumento de processos tramitados de Janeiro a Junho relativamente ao tráfico de pessoas.

Relativamente ao Movimento Processual de Tráfico de Pessoas, de Janeiro a Junho de 2018, o Ministério Público registou um movimento processual de 6 processos, contra 5 de igual período anterior, o que significa um aumento de 1 processo, na ordem de 20%.

## 10

É o número de vítimas de tráfico.

Outrossim, estima-se que o tráfico de pessoas se destina, na sua maioria, ao trabalho forçado e à extracção de órgãos, sendo que, no período em análise, o número de vítimas cresceu de 5 para 10. Assim, o maior número (10) foi observado no ano de 2018 e o menor (5) em 2017.

## 627

É o número de processos registados na Cidade de Maputo, contra 473, 388 e 264 das províncias de Inhambane, Gaza e Zambézia, respectivamente.

A Cidade de Maputo, com 627 processos, seguida das Províncias de Inhambane, Gaza e Zambézia, com 473, 388 e 264, respectivamente, foram as que tiveram maior registo e que a maior parte das vítimas envolvidas nos processos de tráfico de pessoas são jovens, na sua maioria do sexo feminino com idades compreendidas entre [21 - 40]. ■





## EM PARCERIA COM A UNICEF PGR LANÇA ESTUDO: CRIANÇAS EM CONFLITO COM A LEI EM MOÇAMBIQUE

Realizou-se em Agosto último, nas instalações da Procuradoria-Geral da República, a cerimónia de lançamento do **Estudo sobre Crianças em Conflito com a Lei em Moçambique**. *Em Busca de uma Estratégia de Protecção.*

O estudo efectua uma análise do quadro jurídico nacional e internacional sobre a problemática das crianças em conflito com a lei e, a implementa-

ção concreta do regime legal vigente por parte dos diversos actores do Sistema da Justiça em Moçambique.

A par disso, efectua uma avaliação da situação das crianças em conflito com a lei nos três principais centros

urbanos do país, designadamente, Maputo, Beira e Nampula, na perspectiva de contribuir para a elaboração de uma estratégia eficaz de protecção deste grupo populacional.

O trabalho de pesquisa foi reali-







zado pelo Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança (CESAB) sob encomenda da Procuradoria-Geral da República e, contou com o financiamento da UNICEF, no âmbito das relações de cooperação entre o Ministério Público e este parceiro estratégico, sendo que de modo algum o estudo poderá ser vendido ou comercializado.

Durante o lançamento do estudo, o Procurador-Geral Adjunto, Januário dos Santos Necas, referiu que a Criança em conflito com a lei é um assunto de extrema importância, que a Procuradoria-Geral da República busca mecanismos de prevenção e combate a este fenómeno em Moçambique.

Perante as recomendações apresentadas no estudo, Januário Necas, reconheceu que a intervenção do Ministério Público deve mostrar-se mais intensificada, no sentido de encontrarem-se mecanismos que permitam criar condições psicológicas para que se entenda que o Ministério Público não é o acusador, mas sim aquele que defende os interesses dos menores.

Por sua vez a representante da UNICEF, Carla Cangela de Mendon-



ça, referiu que as crianças requerem um mecanismo de protecção credível e justo que as resguarde de práticas administrativas e judiciais morosas e prejudiciais. E ainda, por estas estarem em franco desenvolvimento merecem oportunidades de reabilitação estabelecidas e necessárias para a sua reinserção na sociedade em caso de cometerem uma infracção, aplicando-se assim a estas medidas alternativas a prisão.

Carla Mendonça disse ainda que, os desafios são inúmeros e apelou para uma melhor articulação entre os

diversos intervenientes para evitar a re-vitimização da criança, a expansão das medidas de prevenção criminal para as crianças inimputáveis e imputáveis e em conflito com a lei, a expansão das medidas previstas na lei e a existência de um mecanismo de acompanhamento, reabilitação e recuperação, prevenindo dessa forma a reincidência criminal.

No decurso do evento, os participantes visualizaram um vídeo que reporta depoimentos de famílias, agentes da lei e, crianças que estiveram em conflito com a lei. ■



# GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO DE INHAMBANE COM NOVAS INSTALAÇÕES



Daniel Chapo, Governador de Inhambane, procedendo o acto de inauguração

Realizou-se no dia 31 de Agosto de 2018, na Cidade de Inhambane, a cerimónia de inauguração das novas instalações do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Inhambane.

O acto foi presidido pelo Governador da Província de Inhambane, Daniel Chapo, e contou com a participação da Directora do Gabinete Central de Combate à Corrupção, Ana Maria Gemo Bié, magistrados do Ministério Público, Oficiais de Justiça e demais convidados.

Na sua intervenção, o Governador da Província de Inhambane, Daniel Chapo, referiu que o edifício ora inaugurado, seria uma das provas do comprometimento do seu Governo no combate à Corrupção, como também o comprometimento em continuar a criar melhores condições para as instituições a nível da Província de Inhambane.

Por sua vez a Directora do GCCC, Ana Maria Gemo Bié, afirmou que a aquisição de instalações próprias, com o apoio do Governo provincial, representa um contributo imensurável para a instituição que dirige, para a Província de Inhambane e para o país em geral, à luz da luta que travam contra a corrupção. ■





# PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA PARTICIPA DA CONFERÊNCIA ÁFRICA-EUROPA SOBRE A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA PARA O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E CONTRABANDO DE IMIGRANTES

CONFERÊNCIA ÁFRICA-EUROPA



A Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili efectuou uma visita de trabalho à República Árabe do Egito, de 17 a 21 de Setembro de 2018.





◀ **A** PGR visitou a República Árabe do Egito a fim de participar da Conferência África-Europa sobre a Cooperação Judiciária para o Combate ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Imigrantes, bem como, fortalecer as relações de cooperação e intercâmbio entre a Procuradoria-Geral da República de Moçambique e a Procuradoria-Geral da República Árabe do Egito.

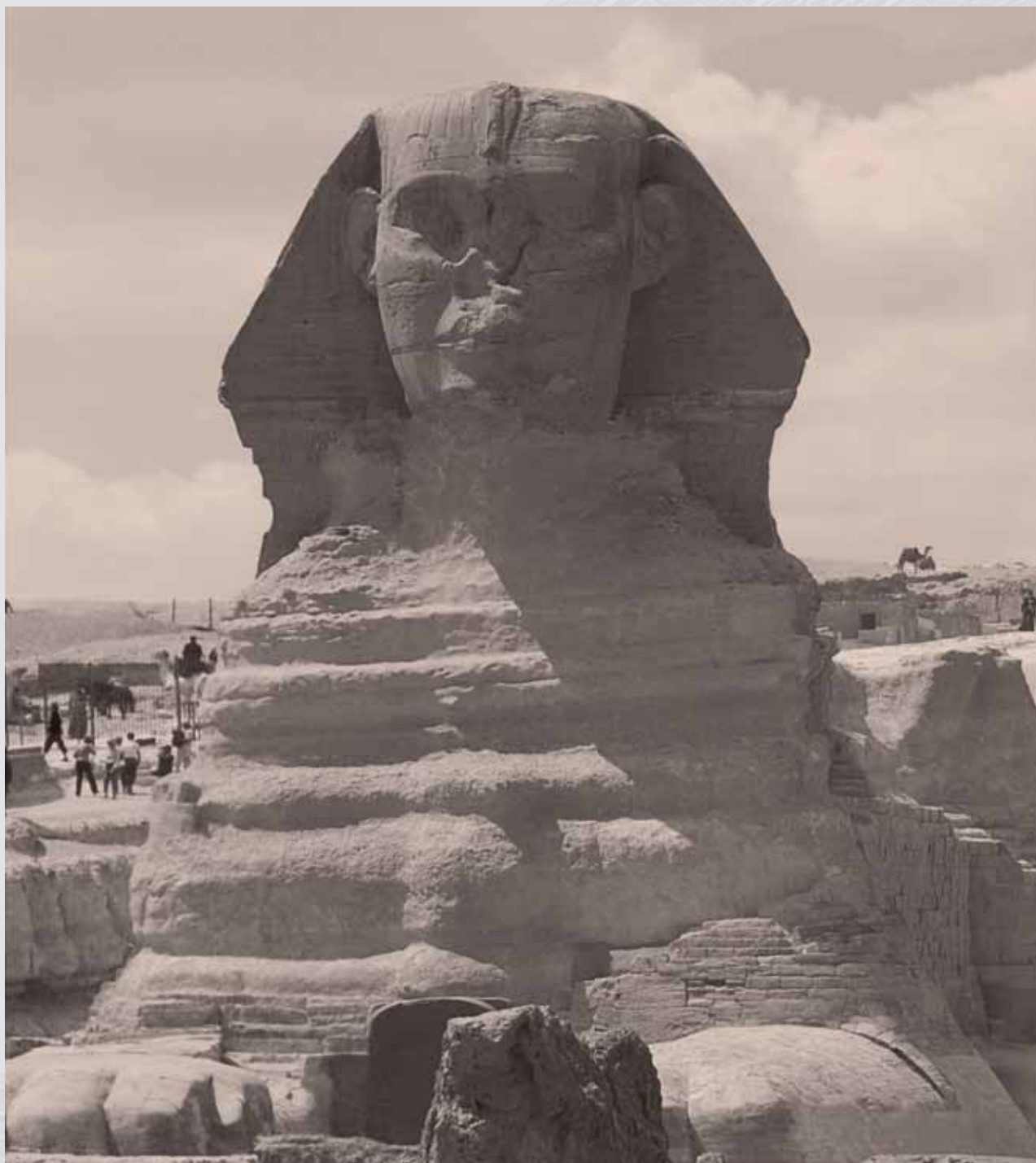
Neste contexto, Beatriz Buchili as-

sinou com o Procurador-Geral da República Árabe do Egito, um Memorando de Entendimento com vista ao reforço das relações de cooperação entre as duas congéneres, nas áreas de prevenção e combate a criminalidade organizada transnacional, com destaque para o tráfico de pessoas, contrabando de imigrantes, tráfico de drogas, branqueamento de capitais, entre outros.

Durante a Conferência, a Digníssima Procuradora-Geral da República apresentou o tema “Desafios de Mo-

çambique na prevenção e Combate ao Contrabando de Imigrantes” no qual, para além de partilhar a experiência moçambicana, debruçou-se sobre os aspectos que constituem desafios para o Ministério Público, no combate a este tipo legal de crime.

Outrossim, nesta conferência, os países participantes assinaram a **Declaração de Sharm El Sheikh**, que realça o comprometimento dos Estados no combate ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Imigrantes. ■





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
E PARCEIROS DE COOPERAÇÃO

# CAPACITAM MAGISTRADOS DA ZONA CENTRO EM MATÉRIA DE CRIMES CONTRA FAUNA BRAVIA

Teve lugar de 17 a 21 de Setembro de 2018, no Parque Nacional de Gorongosa, Província de Sofala, uma acção de capacitação dirigida aos principais actores na prevenção e combate a caça furtiva da zona centro do país.







evento tinha por objectivo melhorar a eficiência na aplicação da nova lei de conservação da biodiversidade e na tramitação processual de casos de crimes contra a fauna bravia.

Participaram do evento magistrados do Ministério Público, Investigadores do Serviço Nacional de Investigação Criminal e funcionários da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) oriundos das Províncias de Sofala, Zambézia, Tete e Manica, para uma acção de formação baseada no Manual Jurídico para Investigação e Procedimento Penal de Crimes Contra a Fauna Bravia.

A formação em referência incidiu, ainda, sobre matérias como: o crime de fauna bravia; identificação de crimes e redes criminosas; auto de notícia; proteção de testemunhas; declarações de impacto; técnicas de investigação, entre outras.

No seu discurso de abertura ofi-

cial da formação, a Procuradora Geral Adjunta, Amabélia Chuquela, considerou que *"para o Ministério Público, o combate aos crimes contra a fauna bravia, é uma prioridade inadiável e urgente, daí que se espera de todos os formandos que tirem o maior proveito da formação e garantam a defesa e protecção da biodiversidade de cada Província, que certamente irão actuar de uma forma coordenada e alinhada"*.

Aliás, a PGA foi mais longe ao afirmar que *"é visão do Ministério Público, a especialização dos magistrados, bem como dos investigadores criminais em áreas específicas de intervenção tendo em conta a necessidade de cada vez mais dispormos de ferramentas que nos permitam fazer face a criminalidade organizada e desta forma, aumentar o desempenho processual, no exercício das funções"*.

O representante da USAID, Dr. Artur Chirindza, referiu na sua intervenção que, após a assinatura do acordo com a PGR, no dia 28 de Setembro de 2017, tinham a consciência de que era

um desafio implementar este programa, e sentem-se satisfeitos com a realização desta acção de formação, a qual consta no marco 5 do referido acordo, o que demonstra que se esta a ter êxitos no projecto, e que tem a convicção que após o término deste programa todos actores que se beneficiaram desta capacitação, estejam preparados para continuar o trabalho de prevenção dos crimes contra a vida selvagem.

Por seu turno, o Director de Conservação do WWF, Solani Mhango, referiu que esta formação enquadrava-se no Memorando de Entendimento, assinado em 2016, entre a PGR e WWF, na base do qual pretende-se melhorar a eficiência na aplicação da nova lei de conservação da biodiversidade e na tramitação processual de casos de crimes contra a fauna bravia, através de realização de formações no Parque Nacional de Gorongosa e Reserva Nacional do Niassa, bem como visitas de aprendizagem e troca de experiências na República do Zimbabwe e Parque Nacional de Magoé.







Importa substanciar que apesar dos vários esforços, continuam a ser registados casos de caça furtiva, sendo que, o último mediatizado foi no Parque Nacional de Gorongosa e culminou com a apreensão dos criminosos envolvidos.

Neste contexto, o administrador do Parque Nacional de Gorongosa, Pedro Maugura, ressaltou que este evento ocorre num momento especial para área de conservação, na medida em que recentemente ficou provado que a caça a furtiva não é feita por pessoas com necessidades primárias, mas sim por pessoas de classe médio/alta, que tem na caça uma actividade de lazer. Daí, há necessidade de os magistrados aplicarem penas duras contra os infractores, de modo a desencorajar estas práticas que atentam a conservação ambiental e a biodiversidade.

Importa ainda referir que, a capacitação enquadra-se no plano de acção conjunto que envolve vários parceiros a destacar; Procuradoria-Geral da República, Fundo Mundial para Natureza (WWF), através de Fundos do Governo Alemão para implementar o Projecto de Combate a Crimes Contra a Fauna Bravia em Moçambique, USAID e ONU-DOC. ■





# QUADROS DA PGR CAPACITADOS EM MATÉRIAS DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS POR INFRACÇÕES FINANCEIRAS

Realizou-se de 03 a 14 de Setembro de 2018, em Lisboa, uma acção de formação junto do Tribunal de Contas da República Portuguesa, destinada aos magistrados e técnicos afectos ao Departamento Especializado para Área de Contas Públicas da Jurisdição Administrativa da Procuradoria-Geral da República.







A formação enquadra-se no cumprimento de acções visando a implementação das novas competências atribuídas ao Ministério Público, através da Lei nº 4/2017, de 18 de Janeiro (Lei Orgânica do Ministério Público), designadamente: (i) dirigir a instrução de processos por infracções tributárias e financeiras, bem como, promover acções de responsabilização financeira dos gestores dos bens e fundos públicos.

Por outro lado, a iniciativa visava dotar aos formandos de técnicas para a recolha e sistematização dos elementos essenciais para a instauração de acções para a efectivação da responsabilidade por infracções financeiras, bem assim, contribuir para a compreensão do tratamento a dar às infracções financeiras de natureza meramente administrativa.

Importa referir ainda que, este acto contou com o apoio da União Europeia, parceiro estratégico da PGR, em resposta ao plano de acção previsto no contrato de subvenção assinado entre a Procuradoria-Geral da República e a União Europeia, denominado Programa **“Apoio ao Estado de Direito e à Responsabilização dos Poderes Públicos em Moçambique”**. ■



# CARO CIDADÃO

## DENUNCIE OS ACTOS ILEGAIS DE QUE TENHA CONHECIMENTO.

**PROCURADORIA-GERAL  
DA REPÚBLICA**

**80 03 15 315  
82 33 47  
84 33 47  
86 33 47 000**

*Disponível no 1º dia útil de  
cada mês – das 14 às 15h*



**LIGUE GRÁTIS  
A PARTIR DE  
QUALQUER  
OPERADORA**



### PROCURADORIAS PROVINCIAIS

#### NÚMERO CURTO

#### PROVÍNCIA

 1401	CABO DELGADO
 1402	NIASSA
 1403	NAMPULA
 1404	ZAMBÉZIA
 1405	TETE
 1406	MANICA
 1407	SOFALA
 1408	INHAMBANE
 1409	GAZA
 1410	MAPUTO PROVÍNCIA
 1411	MAPUTO CIDADE

*Disponível 24 horas por dia*

COM O APOIO



UNIÃO EUROPEIA



**MINISTÉRIO  
PÚBLICO**

MOÇAMBIQUE

**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**



## Humor

Sérgio Zimba

HÁ INDIVÍDUOS MUITO MAUS QUE TRAFICAM PESSOAS PARA DIVERSOS FINS TAIS COMO A PRÁTICA DE PROSTITUIÇÃO E ATÉ PARA LHEM MATAR E EXTRAIR ÓRGÃOS VITAIS.

MENINA, QUEREMOS TE LEVAR PARA A ÁFRICA DO SUL VAMOS TE TXUNAR BEM, TERÁS UM BOM EMPREGO ONDE GANHARÁS MUITO DINHEIRO. CHAMA UMA AMIGA PARA IREM JUNTAS.



POLICO DEPOIS...

MARTA, VAMOS PARA ÁFRICA DO SUL COM UMAS PESSOAS AÍ. VAMOS TRABALHAR E FAZER DINHEIRO, AMIGA.

NADA DISSO CÉLIA. VAMOS CONTINUAR A ESTUDAR AQUI. PODEM SER ESSAS PESSOAS QUE LEVAM MENINAS PARA A PROSTITUIÇÃO. VAMOS QUEIXAR NA POLÍCIA!



S. ZIMBA

DENUNCIE O TRÁFICO DE PESSOAS À POLÍCIA!!!





## MINISTÉRIO PÚBLICO

MOÇAMBIQUE

- ▶ **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**  
Av. Vlademir Lenine, nº 121, Telefone: 821304307  
ou 21304303/4; Fax 21304297, email: pgr@pgr.gov.mz  
website: www.pgr.gov.mz  
Cidade de Maputo
- ▶ **GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO**  
Av. 10 de Novembro, nº 293, Telefone: 823033074  
ou 843901174; Fax: 21310693  
Cidade de Maputo
- ▶ **SUB-PROCURADORIA-GERAL-NAMPULA**  
Rua Armando Tivane, nº 2016, 2º andar esquerdo  
Cidade de Nampula
- ▶ **SUB-PROCURADORIA-GERAL-BEIRA**  
Rua nº 1214, 2º andar, próximo à Casa Provincial da  
Cultura, Telefax: 23323072 ou 23322176  
Cidade da Beira
- ▶ **SUB-PROCURADORIA-GERAL-MAPUTO**  
Palácio da Justiça, Av. 25 de Setembro, nº 1026,  
7º e 8º andares  
Telefone: 21322259; Fax: 2132226  
Cidade de Maputo
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-NIASSA**  
Rua do Aeroporto  
Telefax: 27120549 ou 27120549/26942008  
Cidade de Lichinga
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-CABO DELGADO**  
Av. da Marginal nº 637, Telefax: 27221199  
Cidade de Pemba
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-NAMPULA**  
Praça da Liberdade, nº 173, Telefone: 26216694  
Fax 26 213184 ou 26216699  
Cidade de Nampula
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-ZAMBÉZIA**  
Rua Samora Machel nº 1004  
Telefone: 24217077, Fax 24212473  
Cidade de Quelimane
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-TETE**  
Edifício do Palácio da Justiça  
Telefone: 25223142; Fax: 25222566  
Cidade de Tete
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-MANICA**  
Av. 25 de Setembro, nº 207  
Telefax: 25123639  
Fax :25124603  
Cidade de Chimoio
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-SOFALA**  
Rua General Vieira da Rocha, nº 637  
Telefone: 23323231 ou 23320400  
Fax: 23 326071  
Cidade da Beira
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-INHAMBANE**  
Av. da Vigilância, Telefone: 29320396  
Fax: 29320050 ou 29320396  
Cidade de Inhambane
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-GAZA**  
Estrada da Praia de Xai-Xai, Telefone: 28225345  
Fax: 28225772/28225546  
Celular: 823276426  
Cidade de Xai-Xai
- ▶ **PROCURADORIA PROVINCIAL  
DA REPÚBLICA-MAPUTO**  
Praça do Município, nº 07  
Telefone: 823245110 ou 21724729; Fax: 21724729  
Cidade da Matola
- ▶ **PROCURADORIA  
DA REPÚBLICA-CIDADE DE MAPUTO**  
Av. Ahmed Sekou Touré, 1371  
Telefone 21303059  
Fax 21325427  
Cidade de Maputo
- ▶ **GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE  
À CORRUPÇÃO DE NAMPULA**  
Av. 25 de Setembro  
Celular: 82 6212925; Fax 26212925  
Cidade de Nampula
- ▶ **GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE  
À CORRUPÇÃO DE SOFALA**  
Rua nº 1214, R/C, próximo à Casa Provincial da Cultura  
Telefax: 23324183  
Cidade da Beira
- ▶ **GABINETE PROVINCIAL DE COMBATE  
À CORRUPÇÃO DE INHAMBANE**  
Av. de Moçambique, Bairro Balane 2, R/C  
Telefax: 29321009  
Cidade de Inhambane
- ▶ **CONSELHO SUPERIOR  
DA MAGISTRATURA  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
Av. Julius Nyerere, nº 15  
Telefone: 21494870/5  
Fax 21497869  
Cidade de Maputo